

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCELO VIEIRA DA CRUZ

**DESAFIOS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NO
MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO**

CAMPO MOURAO

2016

MARCELO VIEIRA DA CRUZ

**DESAFIOS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO
DE CAMPO MOURÃO.**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora Profª Ms. Karina Falavinha

CAMPO MOURÃO

2016

DESAFIOS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

Marcelo Cruz¹

RESUMO

Este artigo analisa os desafios encontrados na implementação do Programa Mais Educação em uma escola pública da cidade de Campo Mourão. O Programa Mais Educação é desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com Estados e Municípios, desde 2008 e caracteriza-se como uma política de educação integral, pois amplia a jornada escolar para estudantes do Ensino Fundamental. Dessa forma, realizou-se revisão de literatura em artigos e pesquisas acadêmicas entre os anos de 2012 a 2016. O trabalho de campo deu por meio de observação participante em uma escola localizada em um bairro pobre e isolado do perímetro no Município como também por entrevista com a coordenadora do Programa Mais Educação. Os resultados apontaram para a necessidade da ampliação da permanência do aluno na escola, sendo estes observados por alguns autores citados na revisão bibliográfica e pela visão participante diária na escola. Em relação à entrevista, a coordenadora aponta que, para o município, há uma contrapartida de recursos financeiros e humanos que geram controvérsias em realizar a adesão do programa, ou não. Um dado que muitos pesquisadores estudados da revisão bibliográfica evidenciam em diferentes municípios do país.

Palavras - chave: Programa Mais Educação, Educação Integral e Desigualdade Social.

1. Introdução:

A busca por uma educação pública que atenda os anseios da demanda da sociedade tornou-se assunto central nas discussões governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal. Desse modo, muitos programas educacionais têm sido lançados, implementados possuindo as mais diferentes propostas. Dentre estes programas, destaca-se, o Mais Educação.

¹ Professor da rede municipal de Campo Mourão.

O programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação na elaboração da agenda para a educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino. O objetivo é de ampliar a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas no macrocampos: acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

O objetivo deste programa, segundo a Portaria Normativa Interministerial Nº-17, de 24 de abril de 2007, que “institui o Programa Mais Educação, visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar”, conforme estabelecido pelo artigo 1º (Manual Operacional De Educação Integral –Secretaria de Educação Básica – MEC, p.4)

[...] contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos (SEB/MEC, 2013, p.11).

Os recursos para a realização das ações propostas no PME chegarão às unidades escolares por meio do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e PNDE (Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação) e destinar-se prioritariamente às escolas de baixo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e cujos estudantes forem considerados em situação de maior vulnerabilidade social.

A partir desta consideração, mostra-se a importância do objetivo do programa no sentido de voltar-se ao atendimento às crianças desfavorecidas economicamente, uma vez que no caso de não ser possível a participação de todos os estudantes, segundo as orientações dos documentos publicados, deve-se considerar a vulnerabilidade social. No entanto, fica a cargo da unidade escolar esse processo de participação dos estudantes.

Cada escola, contextualizada com seu projeto político-pedagógico específico e em diálogo com sua comunidade, será a referência para a definição de quantos e quais alunos participarão das atividades,

sendo desejável que todos os estudantes participem e que o conjunto da escola participe nas escolhas e definições. (SEB/MEC, 2013, p.13).

A proposta do programa em foco traz como parte de seus princípios a ideia de que os processos educativos se dão em todo lugar, que se pode aprender e ensinar são processos que ocorrem em diversos territórios e que os sujeitos educadores não são apenas professores, mas exatamente esse variado conjunto de sujeitos, tempos e espaços se interligados é que pode promover uma educação ampla e de qualidade. Ou seja, há o reconhecimento da importância da escola na proposição de uma educação integral, mas em conjunto com outros sujeitos, valorizando cultura e trabalho como princípios educativos,

[...] a instituição escolar é desafiada a reconhecer os saberes da comunidade, além daqueles trabalhados nos seus currículos, e com eles promover uma constante e fértil transformação tanto dos conteúdos escolares quanto da vida social. (MEC, SECAD, 2009, p.33).

O trabalho coletivo é relevante à medida que a educação integral é compartilhada com a família e a sociedade. Isso quer dizer que as ações relativas ao contraturno, que garantem o chamado “tempo integral”, não equivalem à duplicação ou mesmo ampliação da jornada de trabalho dos professores, pois outras pessoas assumem essas atividades em função de suas próprias “práticas em diferentes campos”, coordenadas pela ação conjunta da direção da escola, professor comunitário e Comitê local. Nesta proposta se busca “constituir uma educação cidadã, com contribuições de outras áreas sociais e organizações da sociedade civil.” (MEC/ SECAD, 2009, p.25).

Sob essa perspectiva, diante da relevância social do Programa Mais Educação e de sua constituição, questiona-se como este programa de âmbito nacional, com proposta intersetorial e que visa uma mudança na concepção de educação e de educação escolar, e, conseqüentemente na gestão de processos educativos, com o intuito de melhorar a qualidade da educação, se efetiva no município de Campo Mourão? No desdobramento desta questão mais ampla, surgem outras indagações que orientam a investigação proposta: - Como ocorre a gestão do Programa na esfera municipal? - De que forma se organizam e se desenvolvem as práticas previstas pelo Programa? - Quem são os sujeitos

envolvidos e como participam? - Como este programa influencia a reorganização da educação no município? - Como se dá a formação dos educadores, professores ou não, para e durante a realização do Programa?

Em vista do exposto, este artigo visa analisar os desafios do Programa Mais Educação em sua implementação em uma escola do Município de Campo Mourão.

2. Revisão de literatura

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizado uma revisão bibliográfica de maio a agosto de 2016, focando a análise de dados coletados e produzidos em pesquisas de pós graduação como também em artigos, sobretudo dando ênfase aos resultados apresentados pelos pesquisadores.

Para o levantamento das pesquisas e artigos foi utilizado os seguintes termos: Programa Mais Educação, Educação Integral e Desigualdade Social e a busca se deu no sistema de busca da biblioteca Digital Brasileira de Teses e dissertações – BDTD² e na Scientific Eletronic Library Online – SciELO³, além da inserção no sistema de busca Google acadêmico Brasil. Após a leitura dos documentos os mesmo foram agrupados para melhor uma melhor visualização.

As políticas de Educação Integral e em tempo integral foram retomadas, neste momento histórico, com suas condições conjunturais, desta primeira década dos anos 2000, graças ao reconhecimento de seu papel como política para enfrentamento das desigualdades sociais e, conseqüentemente, das desigualdades educacionais.

Uma estratégia indutora de políticas sociais e educacionais, papel do governo federal, auxilia a criação de novas agendas, compromissos, reflexões, práticas e debates. Essa estratégia também impõe a tarefa de sua institucionalização como política pública educacional. A portaria interministerial e o decreto presidencial mencionados, além de inúmeras resoluções, em conformidade com a vigente Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB), produziram uma rede formal de sustentação da estratégia proposta. Nesse sentido, não se pode dissociar os processos vivenciados e sua normatização. Sendo assim, deve-se destacar também que o Decreto 7.480, de 16 de maio de 2011, apresenta uma nova estrutura

² No endereço: <http://bdttd.ibict.br/vufind/>

³ <http://www.scielo.org/php/index.php>

organizacional para o Ministério da Educação e definiu na estrutura da Secretaria da Educação Básica (SEB) o desenho da Diretoria de Currículos e Educação Integral. Como o próprio nome indica, coube a essa diretoria a gestão das ações de Educação Integral.

O Plano Nacional da Educação PNE 2014/2024 apresenta meta específica que trata da oferta da Educação Integral: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (BRASIL, 2014 p.3).

Para o cumprimento desta meta, são apresentadas nove estratégias que tratam da organização estrutural até a organização pedagógica das instituições de tempo integral, que são aquelas cujos alunos permanecem, no mínimo sete horas diárias sob responsabilidade da escola durante todo o período letivo. É perceptível, no novo Plano Nacional de Educação, que a proposta de Educação Integral segue as discussões do Programa Mais Educação, caminhando no sentido de ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola, desenvolvimento de atividades extracurriculares, articulação com outros espaços que não a escola.

Quanto ao aspecto formativo, este programa traz uma proposta com possibilidade questionável de execução por propor atividade de difícil exequibilidade, tanto em termos de estrutura física quando de financiamento, haja vista que grande parte das instituições escolares dispõe de poucas salas de aulas e nem todas contam com quadras poliesportivas ou bibliotecas.

Muitas escolas estão ampliando o tempo de permanência dos alunos, e pesquisadores tem debatido sobre seus limites e possibilidades, dentre algumas pesquisas, destaca-se: “A escola de tempo integral: a implantação do projeto de uma escola no interior paulista” (CASTRO, 2009), que discute a implementação de escolas de tempo integral no Estado de São Paulo, buscando apontar os limites e possibilidades dessa implantação.

Também debatendo a proposta de escola de tempo integral do Estado de São Paulo, há análise de Dib (2010), “O programa de Escola de Tempo Integral na região de Assis: implicações para a qualidade de ensino”, que aponta a relação entre ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola e a melhoria do processo de aprendizagem.

Nas discussões do cenário paranaense, destaca-se Ferreira (2007) com o trabalho “Escola em tempo integral: possível solução ou mito na busca da qualidade?”, que enfoca a análise da implementação das escolas públicas de tempo integral no município de Apucarana.

Vale destacar que estas pesquisas não discutem especificamente o Programa Mais Educação, mas projetos de diferentes estados e municípios que propuseram a implementação de escolas integrais, e que, assim como o Programa Mais Educação, se configuram com a ampliação do tempo de permanência dos alunos na instituição escolar.

Efetivamente, na discussão do Programa Mais Educação, destaca-se Silva (2013), com a tese “Interesses, Dilemas e a Implementação do Programa Mais Educação no município de Marica (RJ)”, que discute a implementação do referido Programa, e apresenta depoimentos de diretores, professores, voluntários, pais de alunos e alunas, que se mostram favoráveis aos Mais Educação nas escolas, por ser um programa de atividades prazerosas. No entanto, Silva (2013) se posiciona contrário a visão consensual de que o Programa Mais Educação se configura como um instrumento de efetivação de uma educação de qualidade, afirmando:

Não se trata de negar a possibilidade de que, em alguns casos, o programa esteja propiciando melhorias localizadas e fazendo diferença na vida de crianças e jovens que frequentam as escolas públicas. A chegada de mais recursos sempre pode possibilitar melhorias, mas se junto com esses recursos chegam também situações deletérias ao curso da democratização da educação pública, torna-se difícil considerá-las como avanços. As condições gerais em que se processa a implementação do programa são precárias e acabam dependendo, muito mais, da “boa vontade” dos sujeitos envolvidos e das circunstâncias locais das escolas do que ação efetiva do poder público seja ele federal, estadual ou municipal. (SILVA, 2013, p. 239).

As considerações da pesquisa empírica realizada por Silva, no município de Maricá, reafirmam algumas lacunas já evidenciadas na análise documental do Programa Mais Educação, como a falta de espaço físico e de recursos para o desenvolvimento das atividades, falta de profissionais formados e capacitados para atuarem, ausência de discussões conceituais sobre a proposta de “Educação Integral”, falta de uma organização curricular que contemple a ampliação de

atividades a serem desenvolvidas de acordo com a especificidade da educação escolar.

O Programa Mais Educação pode ser caracterizado como um programa passível de questionamento, uma vez que a simples ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola, o atendimento a instituições escolares de baixo IDEB, com alunos integrantes do Programa Bolsa Família, apontam um programa de caráter mais assistencialista do que educacional. É questionável quanto a sua exequibilidade, por propor o desenvolvimento de atividades de esporte, lazer e cultura, o que exigiria a reestruturação física das instituições escolares e um alto investimento na aquisição de materiais e contratação de profissionais formados, que quase nenhuma instituição possui. E é assistencialista, porque prevê o atendimento a escolas periféricas e a permanência de crianças em período integral na escola, como estratégia de redução da vulnerabilidade social, uma vez que estariam seguras e receberiam alimentação adequada.

Com relação a infraestrutura, relacionamos os espaços físicos e os materiais utilizados pelo programa, Silva (2011), ao realizar sua pesquisa em Goiânia- GO, compara os movimentos na implementação de programas de educação integral na rede municipal e estadual, observando que suas diretrizes estão norteadas pelos programas nacionais. A autora afirma que é necessário maior investimento para suprir outras esferas. Silva (2013) reitera que os espaços físicos também aparecem com problema em Maricá – RJ.

Nos estudos de Santos (2013), realizado em Belém – PA, surge como problema a infraestrutura, em consonância com o que Paes Neto (2013) percebe na escola em que realizou pesquisa de campo, Abaetetuba – PA, onde há falta de materiais didáticos, livros de fundamentação teórica e prática e precariedade das estruturas físicas.

Machado (2013), ao investigar sobre o macrocampo ciências da Natureza, em Alta Floresta – MT destaca os desafios do programa, entre eles a infraestrutura e o financiamento. Outro ponto a ser analisado envolve as questões pedagógicas e curriculares, que aparecem com a falta de harmonia entre o programa e o plano político pedagógico, professores/monitores e escola/comunidade confirmam com a ideia de ausência de estratégias e acompanhamento nas ações da escola. Machado (2013) mostra indícios de fragilidade na comunicação entre professores e monitores. Santos (2013), também destaca a falta de articulação entre o programa e o plano

político pedagógico da escola e a ausência de integração entre professores e monitores.

Moreira (2013), em seus estudos realizados em Esteio – RS, reforça a indicação de carência na integração entre as ações do programa e o currículo escolar. Nesse sentido, Pinheiro (2009) reforça a ideia que o Programa Mais Educação “deve atender a proposta pedagógica da escola, respeitando os anseios da comunidade escolar e da comunidade local e, por isso uma opção da instituição” (p.113).

Em relação a gestão, nos deparamos com assuntos de natureza estratégica para o programa, sobretudo de planejamento e administração. Aqui estão outros desafios para a implementação do programa. Silva (2011) diz que “as bases que fundamentam e originam a escola de tempo integral são regidas pela predominância política e social e não pedagógica” (p.111).

Godoy (2012), a partir de estudos realizados em São Luís – MA, indica que “o problema de baixo rendimento passa por questões de planejamento e monitoramento do processo educativo” (p.6). Nesse sentido, a pesquisa de Moreira (2013) nos mostra que a falta de orientações precisas por parte da Secretaria Municipal quanto a uma política municipal de educação integral, aliado ao ingresso de educadores voluntários têm impedido alguns avanços.

O desinteresse na busca de novos espaços alternativos fora da escola, colocados por Santos (2013), pode ser trazido como exemplo de problema de gestão encontrado no programa, pois o mesmo prevê em suas orientações a busca por esses espaços. Também Silva (2013) reafirma a gestão como um dos principais problemas encontrado no programa.

Há que se destacar nos estudos investigativos, evidências apresentadas no que se refere ao desempenho escolar e contribuições trazidas pelo Programa Mais Educação aos objetivos escolares. Godoy (2012) diz que a “implantação do Programa Mais Educação não apresenta melhoras efetivas no rendimento dos alunos” (p.25).

Pereira (2011) traz um recorte, a partir de sua investigação, mostrando que “o programa Mais Educação é efetivo ao reduzir taxa de abandono, entretanto não encontramos evidências que ele contribua para uma melhoria da aprovação das notas de matemática ou de português” (p.72).

Em contrapartida, Santos (2013) afirma que os participantes efetivos do programa apresentam bom desempenho escolar, existindo a possibilidade de o sucesso vir, a partir da participação. O autor destaca que o programa permitiu a aproximação da escola com a comunidade e sugere a ampliação dos debates, encontros e discussões acerca do programa, sobretudo com relação as dúvidas quanto aos seus objetivos e funcionamento, passos que podem contribuir ainda mais para a melhoria do desempenho dos alunos.

Paes Neto (2013) chama a atenção para a alta procura no macrocampo Esporte e Lazer, afirmando que o mesmo tem muito a contribuir como instrumento da educação em tempo integral. Silva (2013), afirma que, em alguns casos, o Programa Mais Educação tem trazido benefícios aos educandos.

Diante do exposto, conclui-se que há sinais de dissonância entre a proposta apresentada pelo Programa Mais Educação e a realidade na execução do mesmo. Questões relacionadas à gestão, à estrutura física, a recursos humanos são identificados como falhas em vários estudos. Nessa direção, este texto aborda adiante a configuração do programa no município de Campo Mourão.

3- Análise de dados: a escola e o Programa mais educação

A escola estudada está localizada no Bairro Vila Guarujá. Neste bairro moram aproximadamente 470 famílias, em sua maioria de baixa renda. A moradia é própria em terrenos assentados em usucapião e residem mais de quatro moradores na casa.

A renda mensal das famílias em sua maioria é de um salário mínimo, com escolaridade que atingem até o 3º ano do ensino fundamental.

Os moradores deste bairro fazem uso de um único posto de saúde e um centro de educação infantil, estes instalados próximos à escola municipal.

Esta escola foi implantada em 1965, no ano de 2015 atendia, Educação Infantil Nível II integral, 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental em tempo integral de 9 (nove) horas diárias e os 4º e 5º anos do Ensino Fundamental em tempo regular de 4 (quatro) horas diárias.

A escola atendeu em 2015 aproximadamente 65 alunos no Programa Mais Educação. Aumentar o tempo de permanência dos alunos na escola para melhorar o desempenho escolar e combater as desigualdades sociais são objetivos do

Programa. Os efeitos sobre a qualificação do ambiente escolar, partindo da hipótese de que a participação da comunidade, o desenvolvimento de atividades de cultura, artes, lazer, acompanhamento pedagógico, dentre outras, contribuem para que a escola torne-se um espaço atrativo para os alunos.

A implantação do programa na escola encontrou diversos obstáculos como falta de monitores capacitados, parceiros na cessão de espaço físico e a disponibilidades de recursos fora do cronograma. As atividades ofertadas durante o período de vigência do Programa Mais Educação, na escola, foram o letramento, matemática, brinquedoteca, horta escolar, futsal, tênis de mesa, natação e fanfarra. Dados estes coletados da página do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC), ambiente virtual do Ministério da Educação.

De acordo com o projeto educativo em curso na escola, são escolhidas seis atividades, a cada ano, nas possibilidades ofertadas. Uma destas atividades obrigatoriamente deve compor o acompanhamento pedagógico. Diferentes experiências pedagógicas indicam o papel central que a escola tem na construção de uma agenda de Educação Integral uma experiência inovadora e sustentável ao longo do tempo.

Nessa direção, para complementar os dados da descrição da escola, adentramos na apresentação dos dados da entrevista com a coordenadora do Programa no município de Campo Mourão.

Na primeira questão apontada, definida, como ocorre a gestão do Programa na esfera municipal, a coordenadora apontou que a Secretaria da Educação além de validar os planos de atendimento, busca parcerias com monitores, bem como ambientes externos onde os alunos possam ser atendidos (auditório e monitora para a atividade de canto coral, parque aquático para a natação, lona para práticas circenses, dentre outros).

A Secretaria busca ainda a aquisição de materiais necessários para melhor atender os alunos, pode-se citar as plataformas aquáticas que possibilitou aos alunos de primeiros e segundos anos participar das aulas de natação e a aquisição da lona de circo e adaptação de salas para a realização das aulas de práticas circenses.

E para que o Programa se efetive com qualidade disponibiliza para as Unidades de Ensino estagiários que fazem o acompanhamento soa alunos no horário de

almoço, professores com formação para a realização de algumas atividades como natação e circo e professores para o acompanhamento das turmas no período de contraturno.

Cabe lembrar que o município visando a qualidade do Programa ofertado aos alunos da rede, nos últimos anos arcou com oitenta por cento dos custos com o Programa, visto que foi necessário implementar muitas ações que o Programa não prevê.

Na segunda questão, De que forma se organizam e se desenvolvem as práticas previstas pelo Programa, a coordenadora salientou que, a partir da escolha das atividades feita pelas escolas a Secretaria busca algumas parcerias no intuito de auxiliar as Unidades de Ensino, assim como os Professores Comunitários e Gestores buscam realizar a contratação dos monitores e realizar a aquisição dos materiais necessários para o desenvolvimento das atividades.

Sobre a terceira pergunta denominada, quem são os sujeitos envolvidos e como participam, foi mencionado que a Equipe da secretaria da Educação tem vários envolvidos, visto que em um primeiro momento a Secretária da Educação faz a adesão ao programa, bem como a Coordenadora do Programa busca atuar junto as escolas durante toda a execução do plano de atendimento e pode-se mencionar ainda a equipe de recursos humanos que busca realizar a contratação dos estagiários e de professores. Nas Unidades de Ensino todos sem distinção envolvem-se com o programa, desde da direção, orientação e professor comunitário, até professores, equipe de apoio e parceiros envolvidos.

Como este programa influencia a reorganização da educação no município, foi a quarta pergunta tendo como resposta que o Programa impacta o município de várias maneiras, uma delas é com relação ao planejamento de turmas para o ano letivo, pois os alunos no período de contraturno precisam de espaço nas escolas para desenvolver inúmeras atividades, impacta na contratação e remuneração dos profissionais da educação destinados a atender as turmas selecionadas, na alimentação escolar, no transporte escolar quando os alunos são levados para ambientes externos para desenvolver as atividades do Mais Educação.

A sexta questão voltou-se em, como se d  a formação dos educadores, professores ou não, para e durante a realização do Programa, e a coordenadora frisou que o Município dispõe de recursos da Secretaria da Educação para realizar a

contratação de profissionais e proporciona encontros de formação continuada para gestores, professores, monitores e estagiários. Cabe lembrar que este é um investimento do município visto que o Programa não prevê recursos para a contratação de profissionais para a formação dos envolvidos no Programa.

O estudo foi realizado com as informações coletadas através da revisão de literatura em artigos e pesquisas acadêmicas entre os anos de 2012 a 2016, a observação por meio de participação em uma escola municipal e a entrevista com a coordenadora do Programa Mais Educação no Município de Campo Mourão.

Os relatos na revisão bibliográfica apresentam em sua maioria a preocupação com a infraestrutura das instituições de ensino e a falta de recursos humanos capacitados para atender os alunos em contraturno. A pesquisa apresenta necessidade de atendimento, de crianças em situações de pobreza, em período integral.

O estudo de campo, uma observação através da gestão escolar, apontam para a permanência de vulneráveis na escola com a ampliação da carga horária.

A entrevista com a coordenadora municipal do programa Mais Educação afirma que o município em contrapartida investe recursos para manter e gerir o programa, todavia conforme o Plano Municipal de Educação são necessárias ações e programas que ofereçam possibilidades de atendimentos integrais em escolas municipais.

Há certo distanciamento quando o assunto é o fortalecimento e integração da escola com a comunidade no qual está inserida, vários autores da revisão bibliográfica não citam a participação das famílias na construção e execução do Plano do Programa Mais Educação de modo que este deve ser um dos objetivos de articulação das escolas com as famílias dos estudantes e comunidade.

A presença da comunidade nos espaços escolares pode ser considerada um aspecto normal nos cotidianos escolares, todavia, nessa experiência foi possível notar uma intensificação da participação da comunidade em diversos momentos, inclusive no planejamento das atividades pedagógicas. Em função dos objetivos pretendidos pela proposta do programa, certamente a experiência agrega novas perspectivas ao próprio sentido da escola e seu papel social e comunitário.

Outra situação positiva é a possibilidade das escolas que ampliam a permanência das crianças a elaboração de seus próprios currículos escolares, sem

ferir o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), ao acrescentar algumas atividades de livre escolha da comunidade escolar, desenvolvidas de acordo com um plano de trabalho elaborado pela equipe escolar.

Na escola analisada, o Programa teve efeito no aumento crescente na assiduidade dos alunos, bem como em sua autoestima, motivação e integração entre eles, o que oportunizou o desenvolvimento de novas habilidades, o respeito às normas e regras perante aos colegas e funcionários da escola.

Houve também uma melhora na construção do conhecimento devido aos materiais pedagógicos atrativos e programações inovadoras, o que ampliou a participação dos alunos e pais nas ações propostas pela escola neste período.

Considerações finais

Os desafios, apresentados neste artigo, reafirmam a ideia de que a educação desempenha um papel significativo e imprescindível na formação humana, que não se esgota no espaço físico da escola, tampouco no tempo diário de quatro horas.

Reconhece que os estudantes são sujeitos de vivências que, embora relacionadas às idades de formação específicas e que requerem atenção também específica, dependem de processos educacionais intencionais abrangentes e da abertura do espaço escolar. Tal abertura, por sua vez, está condicionada ao debate sobre os valores com o quais uma dada sociedade justifica o que diz e o que faz perante as novas gerações.

Desse modo, o debate sobre a ampliação do tempo de efetivo trabalho escolar não está colocado simplesmente como questão de aumento de tempo na escola nem como espaço de atividades extracurriculares assistencialistas, complementares, mas como condição para que se possa organizar uma estratégia capaz de integrar os diversos campos de conhecimento e as diversas dimensões formadoras da criança.

Assim, aprendendo cada vez mais, essas crianças têm a oportunidade de se tornarem pessoas melhores e mais capacitadas para enfrentar a vida, sendo cidadãos competentes. Mas para que esta proposta funcione com eficiência é preciso que a implantação do programa seja acompanhada de investimentos na infraestrutura das escolas, na formação e remuneração dos profissionais da educação.

Mas, ainda que sejam apontados dificuldades e pontos de divergência encontrados durante o processo de atuação, do Programa Mais Educação, percebe-se que apesar dos desafios, há muitos pontos positivos, visto que melhora a motivação da aprendizagem escolar, supre as necessidades extracurriculares dos alunos, tranquiliza os familiares quanto ao cotidiano das crianças, favorece um melhor aproveitamento do tempo ocioso e contribui para a formação de cidadãos melhores, pois a educação desempenha um papel significativo e imprescindível na formação humana.

Referencias Bibliográficas

BRASIL. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 5 abril 2016.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de Abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano Metas Compromissos Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União. Republica Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/_atp2007-2010/2007/decreto/d6094>. Acesso em: 5 abril 2016

_____. (Org.). **Educação Integral: texto referência para o debate nacional.** Brasília: MEC/Secad/Cenpec, 2009b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cader_maiseducacao_2.pdf. Acesso em: 18 abril 2016.

_____. **Gestão intersetorial no território. Brasília:** MEC/Secad/Cenpec, 2009b. de abril Disponível em : http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral>. Acesso em: 18 abril 2016.

CASTRO, Adriana de. **A escola de tempo integral: desafios e possibilidades.** Dissertação de mestrado de Pós-Graduação Stricto sensu em Educação. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 2011.

CAVALIERE, Ana Maria. **Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral.** In: Em Aberto, Brasília, Inep, v.22 nº 80, p.51- 64, 2009. Disponível em www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1470/1219; Acesso no dia 20 de abril de 2016.

GODOY, Claudia Márcia de Oliveira. **Programa Mais Educação: mais do mesmo?** Um estudo sobre a efetividade do programa na rede municipal da São Luís – MA. Dissertação de mestrado de Pós-Graduação Stricto sensu em Educação. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2012.

MACHADO, Andrea Viana de Souza. **Programa Mais Educação em escolas públicas municipais de Alta Floresta – MT: uma análise da educação em ciências.** Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

MOLL, Jaqueline; LECLERC, Gesuína de Fatima Elias. **Educação Integral e Comunitária: o remirar-se da cidade e da escola** In: PADILHA, Paulo roberto; CECCON, Sheila;

MOREIRA, Simone da Costa. **Programa Mais Educação: uma análise de sua relação como o currículo formal em três escolas de Esteio – RS.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. Porto Alegre, UFRGS, 2013.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar.** São Paulo: T.A Queiroz, 1996.

PEREIRA, Guilherme Costa. **Uma avaliação de impacto do programa mais educação no ensino fundamental.** Dissertação de mestrado. Corpo docente do Instituto de Economia. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

RAMALHO, Priscila. **Município que educa: múltiplos olhares.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. p. 103 – 120.

SILVA, Núbia Rejaine Ferreira. **Escola de tempo integral: um estudo da relação entre o programa federal mais educação e propostas de educação pública integral do estado de Goiás e município de Goiânia (2007 – 2010).** Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Educação Goiânia: PUC – GO, 2011

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues. **Interesses, dilemas e a implementação do Programa Mais Educação no município de Maricá (RJ).** Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Educação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Soraya Vieira. **A avaliação do tempo escolar em propostas de educação pública integral.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação. Goiânia: Universidade federal de Goiás, 2009.

SANTOS, Aurea Andrezza Silva dos. **A gestão pedagógica do Programa Mais Educação: um olhar a partir da experiência da escola Teodora Bentes.**

Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação – Linha de pesquisa Políticas Públicas Educacionais. Belém: Universidade Federal do Para, 2013

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007. (Coleção Anísio Teixeira).